



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: INDÚSTRIA DE RAÇÕES PATENSE LTDA	RECURSO
PROCESSO N° 00005/1986/007/2005	
AUTO DE INFRAÇÃO N° 2342/2005	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMO	
PORTE: GRANDE	

I – RELATÓRIO

A Indústria de Rações Patense LTDA foi autuada em 19.04.2005 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, §3º, item 2 do Decreto 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/2002:

Art. 19(...)

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 18.05.2010, pela Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental, penalidade de multa no valor de R\$ 50.001,00.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “descumprir os seguintes itens das condicionantes de revalidação da Licença de Operação: 4) apresentar declaração do corpo de bombeiros, relativa a adequação do sistema de prevenção e combate a incêndios; 5) apresentar projeto do sistema de controle de emissão atmosférica, no caso das emissões estarem acima dos limites permitidos pela DN COPAM N° 11/86; 6) apresentar projeto de adequação da Estação de tratamento de efluentes – ETE, caso os resultados de monitoramento continuarem a demonstrar o não atendimento aos padrões de lançamento especificados na DN COPAM 10/86.” (fl.02)

No Recurso a autuada alega, em síntese, que:



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



- A empresa já adotou ações para atender as condicionantes de sua licença de operação em revalidação, como comprovado pelo deferimento da revalidação da LO 155.

- A empresa demonstrou ao órgão ambiental a adoção das obrigações constantes nas condicionantes.

- Não há qualquer evidência de efetiva degradação ambiental. Dessa forma, a empresa não poderia ser autuada no art. 19, §3º, item 2 do decreto supracitado, e sim no art. 19, §2º, item 21 do decreto nº 39.424/98.

- Requer a aplicação da atenuante do art. 68, I, "a" (efetividade das medidas adotadas pelo infrator) do Decreto 44.844/2008.

- Requer a redução de 50% do valor da multa, nos termos do art. 63, do Decreto 44.844/2008, por ter adotado medidas de controle ambiental.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

O autuado não trouxe novos argumentos capazes de modificar o posicionamento dessa Procuradoria. Com efeito, há comprovação de que as condicionantes da Licença de Operação não foram satisfatoriamente cumpridas, nos termos e prazos estabelecidos na LO, o que foi, inclusive, confessado na defesa apresentada.

O posterior cumprimento das condicionantes da Licença de Operação não é capaz de descaracterizar a infração cometida, haja vista que no momento da autuação houve efetivo descumprimento das condicionantes, fato que restou incontroverso.

Ademais, conforme bem assevera o Parecer Técnico GEDIN 266/2008 (fls. 19/20), em vistoria realizada posteriormente à autuação foi constatada a permanência das irregularidades, com persistente descumprimento das condicionantes.

O descumprimento das condicionantes relativas aos efluentes das chaminés das caldeiras de lenha e da ETE presumem a ocorrência de degradação ambiental, cujo ônus de desconstituição era imputado ao autuado. Não comprovada a inoccorrência de degradação ambiental pelo autuado, não merece reforma o enquadramento legal da infração.

Não é aplicável a atenuante do art. 68, I, "a", do Decreto 44.844/2008, pois o autuado não demonstrou o efetivo cumprimento das condicionantes.

Não é cabível a redução da multa solicitada pelo autuado, por falta de base legal. O art. 63 do Decreto 44.844/2008 pressupõe a assinatura de Termo de Compromisso pelo autuado, o que não ocorreu, não sendo cabível alteração no valor da multa.

### III - CONCLUSÃO



# ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantida a multa aplicada no valor de R\$ 50.001,00, por ser mais benéfica ao autuado nos termos do art. 83 e art. 96 do Decreto 44.844/2008.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura: 
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: